



ATA DA TRIGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra o senhor segundo-secretário para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados. *“Ata da Trigésima Oitava Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Professor Rinaldo e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Quarenta e Cinco da Trigésima Sétima Sessão Ordinária. Pelo Senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagens nºs 12 a 14/2023, do Poder Executivo; Ofício nº 452/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 49/2023, do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 616, 620 a 624 e 625/2023, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Antonio Vaz, Junior Mochi, Pedro Kemp, Pedrossian Neto, Renato Câmara, Mara Caseiro, Lucas de Lima, Lia Nogueira e Lidio Lopes. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Zeca do PT e João Mattogrosso. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedrossian Neto e Professor Rinaldo. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 110/2023, de autoria do Poder Executivo, apensado ao Projeto de Lei nº 95/2023, de autoria do Tribunal de Contas. Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Resolução nº 8/2023, de autoria dos deputados Jamilson Name e João Mattogrosso; Projeto de Lei nº 116/2023, de autoria do deputado Lucas de Lima. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 180/2023, de autoria do deputado Neno Razuk. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 67/2023, de autoria da deputada Lia Nogueira. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada aos familiares de João Henrique Martins Andrade; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Lucas de Lima, endereçada aos familiares de Aldir Sbaraini; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado João Henrique, endereçada ao primeiro-sargento Juliano Ximenes Ribeiro, ao terceiro-sargento Sargento Diames Quintana, à soldado Fernanda da Silva Benites Lima e ao soldado Alexander de Moraes Paes, militares que arriscaram a vida para salvar as vidas de uma família; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada a Judson Amabel Nunes da Cunha Júnior, eleito o melhor jogador central*



da Superliga Masculina de Vôlei do Brasil; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos senhores Rodrigo Funari, Olynto Dellamanna, Pedro Vinicius Rondora Soares e Jeferson Wisefand Bezerra, atletas coximenses que elevaram o nome da cidade de Coxim e região norte em âmbito estadual, ao garantirem os segundo e terceiro lugar respectivamente, ao participarem da 2ª Etapa do Campeonato Estadual de Beach Tennis da Federação de Tennis do Estado de Mato Grosso do Sul (FTMS); requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado João Henrique, endereçada ao senhor Grimaldo Vieira de Almeida, que no próximo dia 7 completa 100 anos de idade; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares tenente-coronel Lailton Batista da Cruz, sargento Marcelo Bento Pereira, sargento Rogério Fernandes Lemes e cabo Carlos Madger de Souza Martins, em reconhecimento pela sua ação de salvar um jovem que tentava cometer suicídio; requerimento de informações, de autoria do deputado Rafael Tavares; indicações, de autoria dos deputados Mara Caseiro, Junior Mochi, João Mattogrosso, João Henrique, Jamilson Name, Coronel David e Antonio Vaz. O senhor presidente suspendeu a Sessão para uso da tribuna pelo senhor Bruno Alves da Silva Nascimento, diretor-presidente do Sindicato dos Servidores do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, onze de maio do ano de dois mil e vinte e três”. Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra o primeiro-secretário para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhoras e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária do dia 16 de maio de 2023: Ofício nº 412/2023, da Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicação do deputado Professor Rinaldo; Ofício nº 912/2023, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, encaminhando a indicação de um representante desta Casa de Leis para compor o Comitê Estadual de Prevenção e de Combate à Tortura; Ofício nº 225/2023, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicação do deputado Marçal Filho; Ofício nº 311/2023, da Prefeitura Municipal de Dourados, respondendo ao requerimento da deputada Lia Nogueira; Ofícios nºs 638 a 642 e 644/2023, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo a indicações dos deputados Lucas de Lima, Marcio Fernandes, Jamilson Name e Rafael Tavares; Ofícios nºs 951 e 1.327/2023, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Estratégica de Campo Grande, respondendo a indicações dos deputados Jamilson Name e Coronel David; Ofícios nºs 877 e 908/2023, da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande, respondendo a indicações dos deputados Pedro Kemp e Professor Rinaldo; E-mail, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo a indicação do deputado Lucas de Lima; Carta nº 512/2023, da Águas Guararoba, respondendo a indicação do deputado Junior Mochi; ofício da Associação das Emissoras de Radiodifusão de Mato Grosso do Sul, solicitando apoio dos parlamentares ao Projeto de Lei nº 76/2023. Está lido o expediente, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o nobre deputado Pedrossian Neto, que inclusive vai fazer a leitura de uma indicação em nome da Casa. Peço a atenção de todos.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados e membros da Mesa Diretora. Presidente, trago hoje uma indicação muito importante, fruto de um amplo diálogo que estamos fazendo com inúmeros partidos, e agradeço a Vossa Excelência pelo pronto apoio a essa causa. Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, deputado federal Arthur Lira, solicitando agilidade na tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 132/2015), que tem como objetivo garantir a indenização de possuidores de títulos dominiais relativos a áreas declaradas como indígenas e homologadas a partir de 5 de outubro de 2013, sobretudo em vista da notícia de que o Supremo Tribunal Federal retomará o julgamento do RE 1017365 em que se discutirá a adoção da data da promulgação da Constituição federal como marco temporal para definição da ocupação tradicional da terra por indígenas. Nessas condições, requer-se, inclusive, a interlocução da Câmara Federal perante o STF no sentido de suspender aquele julgamento até o final do trâmite legislativo da PEC 132/2015, em vista da possível prejudicialidade externa. Esta é uma indicação que estamos fazendo em nome de toda a Casa. A justificativa, presidente, é a seguinte: "Além disso, em contextos intimamente relacionados, a presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Rosa Weber, anunciou para o dia 7 de junho de 2023 a retomada do julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1017365, com repercussão geral, em que se discute se a data da promulgação da Constituição federal deve ser adotada como marco temporal para a definição da ocupação tradicional da terra por indígenas. Diante do exposto, e tendo em vista a relevância da matéria, por se tratar de uma demanda urgente e legítima dos produtores rurais brasileiros, especialmente do estado de Mato Grosso do Sul, requisitamos que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo para a Câmara dos Deputados, solicitando a agilidade da tramitação daquela proposta legislativa, bem como a interlocução da Câmara Federal perante o STF, no sentido de suspender o julgamento do RE 1017365 até o final do trâmite legislativo da PEC 132/2015". Então, presidente, colocadas estas questões, nós estamos circulando com esse documento para que possamos ter o apoio dos 24 deputados estaduais. É importante mencionar que estamos fazendo um esforço, Mato Grosso do Sul chega a uma maturidade política, uma vez que conseguimos um apoio suprapartidário, pluripartidário, para essa causa, que não é nem de uma tinta de esquerda, nem de matiz de direita, tampouco do centro: aqui é o interesse do Mato Grosso do Sul. Quero agradecer ao deputado Zeca que nos ajudou muito na interlocução em Brasília, estivemos com a ministra Simone Tebet, com o ministro Paulo Teixeira; estivemos com a bancada federal, com o deputado Vander ajudando também nessa interlocução. De sorte que eu entendo que se nós, enquanto Parlamento sul-mato-grossense, endereçarmos isto que estamos chamando de "consenso de Campo Grande", que poderia virar uma "carta de Campo Grande", penso que nós a poderíamos entregar ao presidente Arthur, para a ministra Rosa Weber e para o governo federal, para pedir urgência na correção dessa distorção



existente na Constituição brasileira, que é a ausência da possibilidade de indenização — e que a PEC 132, se Deus quiser, vai corrigir, e nós vamos virar essa página da história brasileira e do Mato Grosso do Sul.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito aos colegas que não assinaram ainda, que o façam. Vou pedir para o Portela passar e coletar a assinatura de todos, se possível, está bem?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Senhor presidente, eu tenho ainda mais um requerimento... Tenho tempo ainda?... Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais e ouvido o colendo Plenário, que seja franqueado o uso da palavra à senhora Viviane Vaz, na Sessão Ordinária do dia 18/05/2023, data oficial do enfrentamento e combate à violência e ao abuso sexual contra crianças, como uma das ações do Maio Laranja. Se aprovado o requerimento, fará uso da palavra a senhora Viviane Vaz, idealizadora do projeto "Nova", pioneiro em Campo Grande, que abriga crianças e adolescentes e oferece tratamento psicossocial àqueles que sofreram abuso sexual. Justificativa. O dia 18 de maio foi definido como Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescente, e concentra ações do Maio Laranja, trazendo projetos inovadores e que realizam importante trabalho social nos municípios do estado. Sem mais, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, senhor presidente, demais colegas e quem prestigia a nossa Sessão. Senhor presidente, em breve estarei encaminhando uma moção de pesar aos familiares do apóstolo José Edmilson Mota de Oliveira, em decorrência do falecimento do seu pai, nosso amigo, nosso irmão, senhor Raimundo Mota de Oliveira, que faleceu aos 103 anos de idade na última quinta-feira à noite (foi sepultado na sexta-feira), homem de uma família abençoada e que deixa o legado de um trabalho voltado especificamente para pregar o Evangelho. Portanto é com pesar que encaminhamos esse documento aos familiares do nosso amigo, do nosso irmão, o apóstolo presidente da Igreja IECG, aqui de Campo Grande, senhor José Edmilson Mota de Oliveira. É o que tinha, senhor presidente, para o momento.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Deputado Zé Teixeira no Pequeno Expediente.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares. Vou apresentar duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo aos deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul no Congresso Nacional, solicitando a destinação de recursos da União para as obras de implantação de rede de esgoto na vila Passo Velho, no município de Jardim. A outra indicação vai para o secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Pedro Caravina, solicitando a formalização de convênio entre o Poder Executivo estadual com o município de Ponta



Porã, visando à obra de reforma do Ginásio Poliesportivo Oscar Schimdt. É só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa PSDB) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, algumas sessões atrás, quando do debate feito pelo deputado Pedrossian Neto acerca da ocupação das terras de propriedade da família do Raul, em Rio Brilhante, eu trouxe aqui, a mim passado pelo deputado Zé Teixeira, meu amigo, o título emitido pela Província de Mato Grosso, de 1854. Terras, portanto, legitimamente havidas, regularmente pagas à Província... Não sei quantos anos depois, alguém resolve patrocinar um grupo de índios para invadir a terra, se dizendo donos dela. Eu já disse e repito para que fique registrado nos anais da Casa: sou absolutamente contra esse comportamento; e digo logo de antemão que comungo em gênero, número e grau — fui um dos primeiros a assinar, junto com o deputado Pedrossian Neto — com o que vai nesse manifesto da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul pedindo agilidade no procedimento da votação da PEC que vai tratar exatamente das duas demandas que impõem conflito. De um lado o marco temporal, de outro mecanismos jurídicos que vão permitir uma indenização das terras eventualmente objeto de conflito. Porque se o indivíduo adquiriu, e a maioria dos proprietários, senão todos, adquiriram e são proprietários de boa-fé, não há por quê não serem indenizados; aliás esta não é uma posição minha: é a posição do presidente Lula. Para concluir, como conversava agora com o deputado Pedrossian Neto, que sugeriu e eu concordo, seria interessantíssimo que uma representação da Assembleia, liderada pelo nosso presidente Gerson Claro, ou por Vossa Excelência, entregasse pessoalmente nas mãos do presidente do Congresso Nacional, deputado Arthur Lira, e nas mãos da ministra Rosa Weber, essa manifestação nossa. Dito isso, senhor presidente, com a sua permissão, quero apresentar rapidamente três indicações. Aliás, a primeira não é nem indicação, é uma moção de agradecimento. Ontem estive com o prefeito Odilon Ribeiro, de Aquidauana, e lhe solicitei que fosse feita a recuperação da estrada de acesso à comunidade quilombola Furnas dos Baianos, lá mesmo do município de Aquidauana. Hoje cedo o prefeito me ligou me mandando fotografias com as máquinas já operando para recuperar a estrada. Essa agilidade deve ser reconhecida do prefeito do PSDB. Portanto estou apresentando uma moção de agradecimento ao prefeito Odilon. Segundo, apresento uma indicação ao presidente da Agraer, Washington de Souza, com cópia ao senhor Humberto de Mello, secretário executivo de Agricultura Familiar, de Povos Originários e Comunidades Tradicionais de Mato Grosso do Sul, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (Semadesc), pedindo a disponibilização de uma patrulha mecanizada com implementos para atender as famílias de agricultores da aldeia indígena Lagoa Rica — estes nós temos de atender! —, localizada em Douradina. E outra indicação, também pedindo uma patrulha mecanizada com implementos para atender as famílias de agricultores da aldeia indígena Yvykuarussu Takuaraty/Paraguassu, localizada no município de Paranhos. É isso. Obrigado, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Deputado Zeca, eu gostaria de assinar com Vossa Excelência a moção do prefeito Odilon, se me permite... Deputado Antonio Vaz, no Pequeno Expediente.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas. Trago duas indicações no dia de hoje. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo à prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes, e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Domingos Said Neto, solicitando o conserto da boca-de-lobo localizada no cruzamentos das ruas Pestalozzi e Elvira Coelho Machado, tendo em vista que suas péssimas condições têm causado acidentes no local, sendo um perigo constante tanto para os carros que ali estacionam quanto para os pedestres. Outra. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo à prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes, e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Domingos Said Neto, solicitando sinalização adequada no cruzamento das ruas Pestalozzi e Elvira Coelho Machado. A presente demanda chegou ao gabinete deste parlamentar diante dos diversos acidentes ocorridos no cruzamento devido à falta de sinalização adequada no local, sendo um perigo constante para veículos e pedestres que transitam pelo local. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Deputado Roberto Hashioka, no Pequeno Expediente.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, em nome de quem cumprimento toda a Mesa Diretora, caros deputados, senhoras e senhores. Apresento um projeto de lei que dispõe sobre o cadastro estadual de bicicletas e seus proprietários no estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. A ideia é que todo cidadão que tem *bike* registre, numa plataforma fornecida pelo poder público, os dados pertinentes da sua bicicleta. Isso facilitará e muito a solução de determinados problemas, como perda, roubo; vai ficar fácil fazer a ocorrência, muitas vezes a pessoa nem sabe que sua bicicleta tem um número de chassi, a menos que tenha guardado a nota fiscal. Assim a *bike* do cidadão fica lá registrada e isso vai facilitar também o trabalho da polícia, já que é difícil encontrar o proprietário de uma bicicleta extraviada. É bem simplesinho o projeto de lei, não cria despesa nenhuma para o estado, é só uma questão de tecnologia. Inclusive fiz uma visita para comentar o texto com o secretário de Segurança Pública, doutor Carlos Videira, e ele achou interessante. Assim, já, já estarei submetendo o projeto à apreciação dos nobres colegas aqui. Era só isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Marcio Fernandes, no Pequeno Expediente.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Senhor presidente, registro uma indicação a ser encaminhada ao governador do estado, Eduardo Riedel, e ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, Hélio Peluffo Filho, solicitando o recapeamento ou os serviços da Operação Tapa-Buraco na MS-436, entre Camapuã



e Figueirão. Nesse mesmo sentido, registro outra indicação, encaminhada ao secretário Hélio Peluffo, solicitando o recapeamento da MS-384, no trecho que liga Bela Vista a Caracol. Por último, registro um projeto de lei que proíbe a disponibilização de cardápio ou menu exclusivamente digital no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Artigo 1º - Fica proibida a disponibilização, pelos bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares que comercializem bebidas, refeições ou lanches, de cardápio ou menu exclusivamente digital, no âmbito do estado do Mato Grosso do Sul. Artigo 2º - Os estabelecimentos de que trata o *caput* do artigo 1º deverão, obrigatoriamente, dispor de cardápio ou menu impresso, em papel, plastificado ou não, além do QR Code ou cardápio digital, a fim de que o consumidor possa optar entre o menu impresso ou o digital. Parágrafo único - Os estabelecimentos não poderão repassar custos da impressão do cardápio ou menu ao consumidor. Artigo 3º - Na elaboração do cardápio impresso deverá obrigatoriamente constar: o nome do item e o preço de forma legível e ostensiva. Artigo 4º - Os valores e a aplicação das respectivas autuações e penalidades caberão ao Poder Executivo, que tomará todas as medidas necessárias para a regulamentação e o fiel cumprimento desta lei. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação". Era só o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Deputado Junior Mochi com a palavra, no Pequeno Expediente.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, imprensa, população que prestigia a nossa Sessão. Senhor presidente, apresento apenas duas moções. A primeira é uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação a Carolina Beccegato Funari, atleta do ciclismo sul-mato-grossense da cidade de Coxim, pela vitória na competição de Mountain Bike, modalidade Sport, realizada em Jaraguari e Terenos, no Campeonato "Circuito Adventure" e também por se haver sagrado campeã geral na 2ª Etapa da "Copinha Centro" na cidade de Coxim. E também uma moção de aplauso. Requeiro à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de aplauso à senhora Wanda Mendes e aos senhores Jairo Jorge Duarte Rezende, Lionézio Duarte Rezende, Marcelo Ricardo Gonçalves Rodrigues, José Rubens Pereira, Sérgio Koshi Tsukumi, Raimundo Batista, Carlos Eduardo Damasceno Mubarack e Amarildo de Souza, em razão da sua vitória na eleição do Core/MS (Conselho Regional dos Representantes Comerciais), na última quinta-feira, dia 11 de maio... Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Apenas para trazer um comunicado à Casa. Na data de ontem, eu, juntamente com o deputado Pedro Kemp, estive na Ageprev. Primeiro para ver como está a questão previdenciária no estado; e segundo, para solicitar à Ageprev que faça um cálculo para a gente aumentar o teto de isenção, para que esta Casa, munida das informações corretas e necessárias, possa então conversar com o governador do estado sobre a possibilidade de ir aumentando



gradativamente o teto de isenção — que hoje está em um salário mínimo para os aposentados — e ir subindo o teto para dois, três ou quatro, ano a ano, sempre dentro obviamente das condições econômicas do estado. Foi uma reunião muito produtiva e creio que se abre uma possibilidade de nós, Assembleia Legislativa, discutirmos uma solução com o governo de uma forma que não pese, que não crie problemas para as finanças do estado. O presidente da Ageprev ficou de fazer todas as simulações, de nos chamar daqui a uma semana, dez dias, para que munidos dessas informações possamos apresentar, pela Assembleia Legislativa, uma proposta ao governo estadual.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: duas indicações (Prot. nºs 02307/2023, 02308/2023). De autoria do deputado Jamilson Name: seis indicações (Prot. nºs 02288/2023, 02309/2023, 02316/2023, 02317/2023, 02318/2023, 02319/2023). De autoria do deputado João Henrique: nove moções de congratulação (Prot. nºs 02250/2023, 02251/2023, 02252/2023, 02253/2023, 02254/2023, 02255/2023, 02256/2023, 02257/2023, 02258/2023). De autoria do deputado Junior Mochi: duas indicações (Prot. nºs 02260/2023, 02264/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 02263/2023); uma moção de aplauso (Prot. nº 02265/2023). De autoria do deputado Lucas de Lima: cinco indicações (Prot. nºs 02238/2023, 02239/2023, 02235/2023, 02236/2023, 02237/2023). De autoria da deputada Mara Caseiro: oito indicações (Prot. nºs 02246/2023, 02247/2023, 02240/2023, 02241/2023, 02242/2023, 02243/2023, 02244/2023, 02245/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 02248/2023). De autoria do deputado Marcio Fernandes: três indicações (Prot. nºs 02269/2023, 02270/2023, 02271/2023). De autoria do deputado Neno Razuk: cinco indicações (Prot. nºs 02261/2023, 02262/2023, 02259/2023, 02228/2023, 02298/2023). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 02230/2023, 02231/2023); duas moções de congratulação (Prot. nºs 02232/2023, 02233/2023). De autoria do deputado Professor Rinaldo: duas indicações (Prot. nºs 02267/2023, 02266/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 02268/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: vinte e duas indicações (Prot. nºs 02273/2023, 02274/2023, 02275/2023, 02276/2023, 02277/2023, 02278/2023, 02279/2023, 02280/2023, 02281/2023, 02294/2023, 02296/2023, 02297/2023, 02293/2023, 02292/2023, 02291/2023, 02290/2023, 02289/2023, 02302/2023, 02304/2023, 02305/2023, 2306/2023, 2300/2023); um requerimento (Prot. nº 02272/2023). De autoria do deputado Renato Câmara: um requerimento (Prot. nº 02315/2023). De autoria do deputado Roberto Hashioka: um projeto de lei (Prot. nº 02313/2023). De autoria do deputado Zé Teixeira: dois requerimentos (Prot. nºs 02299/2023, 02301/2023). De autoria do deputado do Zeca do PT : duas indicações (Prot. nºs 02311/2023, 02312/2023).)...

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Mara Caseiro.



DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — É que eu estava inscrita, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Falha do sistema. Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Obrigada... Primeiramente quero parabenizar o deputado Pedrossian Neto e os colegas que têm discutido com muita responsabilidade essa questão da indenização de terras, para a gente acabar de vez com essa guerra, trazer a paz para o campo — respeitando tanto o produtor quanto as comunidades indígenas. Estou de pleno acordo que essa PEC seja aprovada o mais rápido possível, para darmos um desfecho nisso, com uma solução que venha a atender a todos que trabalham pelo campo, indígenas e produtores. No mais, presidente, tenho duas indicações. Uma inclusive já foi trazida pelo deputado Marcio Fernandes, acho que temos andado pelas mesmas regiões. Solicito ao governador Eduardo Riedel, ao secretário Hélio Peluffo e ao presidente da Agesul, a recuperação asfáltica da MS-384, no trecho que liga os municípios de Caracol e Bela Vista. A presente indicação atende ao pedido formulado pela vereadora Meire Leite Vieira, de Caracol. Também, senhor presidente, faço uma indicação ao governador Eduardo Riedel, ao secretário Hélio Peluffo e também ao diretor-presidente da Agesul, Mauro Rondon, reiterando uma solicitação já antiga: a implementação de pavimentação asfáltica na MS-145, no trecho que liga a sede do município de Naviraí a Jateí, transpondo o assentamento Juncal. A presente indicação decorre de um pedido formulado pela Associação Naviraiense Terra e Paz, representada pelo seu presidente, Marcelo de Almeida; que é associação lá do assentamento Juncal. Inclusive, senhor presidente, eles fizeram um abaixo-assinado pedindo para que realmente sejam atendidos quanto a essa pavimentação asfáltica, que vai trazer um desenvolvimento para a região de Naviraí, passando pelo assentamento Juncal e indo até Jateí. É o que tinha, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Antes de passarmos ao Grande Expediente, eu e o deputado Paulo Corrêa mais uma vez lembramos aos colegas (e vou pedir ao Cerimonial que entregue os convites) a nossa festa junina, reforçando que os deputados que têm suas entidades devem avisá-las para que entrem em contato com o pessoal do gabinete, para todo mundo trabalhar irmanado: vamos fazer uma grande festa e ajudar as entidades assistenciais. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, tem a palavra o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Eu vou inverter o meu tempo com o meu deputado Professor Rinaldo.

PRESIDENTE - deputado Gerson Claro (PP) — Por inversão, com a palavra, o nobre deputado Professor Rinaldo. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.



DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — sem revisão do orador — Bom dia, presidente! Quero parabenizar Vossa Excelência e a Mesa Diretora pela iniciativa desse evento. Tenho certeza que vários colegas colaboram com instituições não governamentais, e fico feliz que Vossa Excelência lhes tenha franqueado a possibilidade de virem aqui instalar suas barracas, para arrecadarem os recursos para ajudar nos seus respectivos trabalhos sociais. Mas, senhor presidente, hoje é dia 16 de maio, Dia Estadual do Trabalhador na Coleta de Resíduos, na limpeza pública urbana, mais conhecido como Dia do Gari; fruto de uma lei de nossa autoria que instituiu em Mato Grosso do Sul essa data, para que lembremos e reconhecamos sempre a importância desse trabalhador que coleta os resíduos da sociedade. Eu lembro que quando esse projeto de lei tramitou aqui, algumas pessoas ficaram se perguntando: afinal, que importância teria a criação do dia do gari?... E respondi, deputado Gerson, que era só imaginar como seria se não tivéssemos esse profissional fazendo essa coleta, o que seria da nossa cidade. Portanto eu quero aqui registrar o nosso profundo agradecimento a esses profissionais que trabalham fazendo a coleta de lixo aqui na nossa cidade, no nosso estado. Só em Campo Grande são 549 colaboradores, dentre os quais 25 mulheres. Outra coisa, senhor presidente, é que estão aqui neste Plenário os representantes de um projeto muito interessante, que é o Instituto de Conservação de Animais Silvestres, o Icas, cujo lema é "Estradas mais Seguras para Todos". Toda vida importa: das pessoas e dos animais. Aqui conosco o pesquisador Iuri, a Audrey, a Patrícia e o Luís Augusto... Sejam muito bem-vindos a esta Casa. Parabéns pelo trabalho que têm feito! Gostaria de pedir a atenção de todos, porque vou fazer uma leitura. Deputado Vaz, agradecendo-lhe pela inversão do tempo, vou fazer a leitura de um relatório que o Icas nos trouxe. E isso vem muito a calhar pois estamos no Maio Amarelo, mês em que o Brasil inteiro trabalha na perspectiva da conscientização acerca dos acidentes automobilísticos. Campo Grande, por exemplo, é uma das cidades que registra o maior índice de carros por pessoas do Brasil. É só ir lá na Santa Casa para ter uma noção do quão problemática é a questão do trânsito. A coisa mais difícil é encontrar uma vaga de UTI, sabem por quê? porque está sempre lotada. E você percebe que a grande maioria dos que ali estão, deputado Antonio Vaz, é oriunda de acidentes de trânsito — e Vossa Excelência, deputado Hashioka, que foi diretor-presidente do Detran, há de ratificar o que estou dizendo. E pior: às vezes o paciente fica um mês, às vezes fica dois, três meses internado. O resultado é que quanto há outras pessoas precisando, você não tem a vaga. Há muito ainda a falta da compreensão, da conscientização; às vezes é o álcool, volante e álcool nunca funcionou, e é por isso que eu admiro muito esse trabalho que o Icas tem feito, que também trata desse assunto. "O Icas, Instituto de Conservação de Animais Silvestres, tem sede em Campo Grande e atua com o objetivo de produzir conhecimento científico para dialogar com a sociedade, buscar soluções e estratégias inovadoras que promovam uma convivência harmoniosa entre as pessoas e a vida silvestre, além de promover políticas públicas voltadas à conservação da biodiversidade". Desde 2010 esta organização atua aqui no nosso estado. Saibam Vossas Excelências, e os que nos acompanham pela Rádio e TV Assembleia, que durante três anos o Icas monitorou quatro rodovias em Mato Grosso do Sul (BR-262, BR-267, MS-040 e MS-338), através do Projeto Bandeiras e Rodovias. Nesse período foram registrados nada mais nada menos do que 12.400 atropelamentos de animais silvestres, número que só não foi maior porque se restringiu a apenas 14% das rodovias das asfaltadas do



estado, ou seja, se consideradas todas as rodovias do MS, esse número com certeza seria muito maior — mortes de tamandás-bandeira, por exemplo, foram registradas 761, número certamente subestimado, tendo em vista que a carcaça do animal nem sempre é encontrada. Esses atropelamentos reduzem pela metade o crescimento populacional do tamanduá-bandeira, sendo uma das principais ameaças da espécie no Mato Grosso do Sul. O tamanduá-bandeira é um mamífero sul-americano emblemático, listado como vulnerável, ameaçado de extinção, pela União Internacional de Conservação da Natureza... Dirigir à noite aumenta em treze vezes o risco atropelar e matar um animal. Dessas 12.400 mortes registradas nesses três anos de monitoramento, 40% delas foram de animais de grande porte — o que sempre implica um risco de ocasionar acidentes graves, com danos físicos, morais e psicológicos aos ocupantes dos veículos. De quatro a cinco mil animais morrem anualmente, sendo que 40% dessas espécies, em razão do porte, podem causar acidentes e danos aos veículos. Dirigir à noite aumenta portanto o risco de colidir com um animal e de as pessoas saírem feridas. Em Mato Grosso do Sul, segundo dados da Polícia Rodoviária Federal, entre 2007 e 2019 houve 614 dessas colisões, com vítimas fatais ou feridas. No Brasil, mais de mil pessoas por ano são vítimas desse tipo de colisão... E aqui, senhor presidente, deputada Mara, eu quero abrir um parênteses... Eu tenho um amigo que está tetraplégico, devido a um acidente. Quando estava vindo de Maracaju, ele bateu numa anta e lamentavelmente há um ano e dois meses está tetraplégico! Visitei-o quinze dias atrás... É muito triste saber que estamos perdendo os nossos irmãos sul-mato-grossenses por causa desse tipo de acidente. Portanto considero oportuna a nossa fala aqui hoje, como um alerta à sociedade. Esse grupo que está aqui representando o Icas já esteve com o governador, à época secretário de Governo, a ele entregando uma cartilha de mitigação. O governo certamente estará empenhado nisso para evitar a morte de animais silvestres, que são uma riqueza da nossa biodiversidade; e também, deputado Lidio, a quem logo concedo o aparte, para evitar que pessoas percam a vida ou tenham de viver com sequelas *ad aeternum*. Então eu quero aqui parabenizar o Yuri, pesquisador que fez esse estudo, e a todos os representantes do Icas. No mais, quero confiar na sensibilidade do governo para que venhamos a minimizar o problema, quando não a erradicá-lo, das rodovias de Mato Grosso do Sul, o que seria o ideal... Por gentileza, deputado Lidio.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Deputado Professor Rinaldo, eu quero parabenizar Vossa Excelência pela discussão que traz a esta Casa. Esse é um problema que ano após ano vem acontecendo em Mato Grosso do Sul. Eu já apresentei aqui, deputado, e estou reapresentando, um projeto que, embora aprovado por esta Casa, foi vetado pelo governo do estado; projeto que trata das travessias dos animais silvestres, e também bovinos, equinos, bubalinos, etc. O que acontece, deputado Professor Rinaldo, é que Mato Grosso do Sul é um estado extremamente pecuário, e um estado pantaneiro. O que nós temos de animais silvestres é uma grandeza! E não só na região pantaneira, indo para Corumbá, capital do Pantanal; aqui também, indo pela BR-040 para Bataguassu, para Santa Rita do Pardo, são inúmeras antas que você vê mortas na beira da estrada. Quando apresentei esse projeto, foi justamente porque uma van com um grupo de treze pessoas que estavam vindo de Ponta Porã, em determinado ponto entre Nova Alvorada do Sul e Campo Grande, atropelou uma anta, a van pegou fogo, houve vítimas fatais e tudo. Ou seja, nós nos

preocupamos com o ser humano, certo, mas não podemos nos esquecer da matança de animais em nosso estado. Você anda no estado de São Paulo, no estado do Paraná, e vê que todas as rodovias têm passagens para os animais, por baixo da pista. Mas aqui o governo vetou o meu projeto, virei até motivo de chacota de um jornal impresso, que dizia que eu estava tocando animais para debaixo do viaduto... Mas aí, premidos por uma ação do Ministério Público, tiveram de fazer, na nova rodovia de Bonito, essas passagens por debaixo da pista. Estou portanto reapresentando o projeto na Casa, para que possamos realmente preservar vidas humanas, mas também vidas de animais em Mato Grosso do Sul. Muito obrigado pela oportunidade.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Eu agradeço e incorporo seu aparte ao meu pronunciamento. Tudo que diz Vossa Excelência está justamente no material confeccionado, uma cartilha de mitigação, acredito que agora a gente consegue colocar isso em prática... Continuando então com a leitura do relatório, entramos agora na questão dos custos disso tudo para a sociedade. O gasto anual, segundo a pesquisa, com reparos veiculares, estima-se em 9,5 milhões, a um custo médio de 5 mil por acidente, sem contar as perdas por morte, os danos à saúde física e mental dos motoristas, os custos para os administradores das rodovias e para a sociedade como um todo. A questão não é só sobre atropelamentos de animais silvestres, sobre o impacto ambiental. Não! A questão das colisões afeta direta ou indiretamente a todos que usam as rodovias do estado, diariamente expostos a esse risco. Medidas de mitigação: cercamento para animais de médio e grande porte; passagens inferiores das vias para animais de médio e grande porte; medidas para alertar o motorista (placas, radares e sonorizadores); passagens para animais escaldados; atitudes de educação, como não jogar lixo na via, entre outras. A análise de custo/benefício do cercamento dos trechos críticos, onde é maior o risco de acidente envolvendo a fauna, nas rodovias examinadas, mostrou que esse investimento seria compensado no médio prazo, cerca de dez anos — isto considerando apenas os danos materiais com as colisões (fora os custos com os danos à saúde física e mental do usuário). Ademais vale lembrar que a prevenção de acidentes não é tarefa só do condutor, cabe também aos responsáveis pelas rodovias a implantação de medidas estruturais de mitigação, como o cercamento das estradas e a construção de passagens de fauna. É muito importante impedir o acesso dos animais à pista, guiando-os para uma travessia segura, para diminuir-lhes o risco de colisão com veículos. Mais informações sobre o Projeto Bandeira e Rodovias. Resultados da primeira e segunda fase. Algumas medidas tomadas: quantificação do impacto das rodovias na saúde e no comportamento dos tamanduás-bandeira, investigando-se, por exemplo, como se portam em frente às barreiras; monitoramento da fauna mais propensa a envolver-se em colisão veicular nas rodovias do estado; treinamento de funcionários de rodovias para identificação, contenção e manejo de animais silvestres; estudo sobre a percepção de caminhoneiros sobre as colisões veiculares com fauna; estabelecimento de um termo de referência para implantação de medidas de mitigação (licenciamentos ambientais, *workshops*, construção participativa com órgãos governamentais e CCR, material educativo para motoristas); elaboração de indicadores e diretrizes para certificação ambiental de rodovias; criação de um manual de orientações técnicas para a mitigação de colisões veiculares com fauna



silvestre nas rodovias estaduais de Mato Grosso do Sul (política pública adotada pelo governo em 2022); estudo sobre os pontos mais críticos, de elevado risco de colisões veiculares com fauna silvestre (antas, capivaras, tamanduá-bandeira, etc.); e o monitoramento de 1.158 quilômetros de rodovias (BR-262, BR-267, MS-040 e MS-338). Eu finalizo, senhor presidente, parabenizando mais uma vez o Icas, nas pessoas dos seus representantes aqui presentes (Audrey, Patrícia, Iury e Luís Augusto), lembrando que na próxima quinta-feira têm eles uma audiência com o secretário Jaime Verruck para tratar da implementação desse plano de mitigação — para que efetivamente tenhamos os nossos animais protegidos, deputada Mara, e acima de tudo para evitar perdas irreparáveis. Se fosse só perdas materiais, tudo bem; mas o duro é que isso afeta vidas humanas. Como disse aqui, um amigo meu está em cima de uma cama já há um ano e dois meses, tetraplégico, em decorrência de um atropelamento de um animal na vinda de Maracaju para Campo Grande. Portanto, parabéns a todos vocês. Espero que tenhamos sucesso e que Mato Grosso do Sul seja conhecido e reconhecido não só como o paraíso da biodiversidade, mas também como o estado que tem a preocupação de proteger a vida humana e a vida animal. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Grande Expediente, por inversão com deputado Renato Câmara, com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, população que nos assiste através da TV Assembleia. Senhor presidente, eu ouvi com muita atenção a fala do nosso querido deputado Zeca do PT, assim como ouvi também a fala do nosso amigo deputado Pedrossian Neto, a respeito da questão indígena. Eu quero dizer que faz vinte e oito anos que estou nesta Casa, e há vinte e oito anos discute-se sempre o mesmo fato, discutem-se sempre as mesmas ideias, discute-se a sempre a possibilidade das mesmas ações — indenizar as pessoas que foram legitimamente tituladas pelo governo. Não foram doadas as terras, foram vendidas, e o dinheiro para pagar as terras foi depositado no Tesouro do Mato Grosso uno. Então, quando se discute a PEC 132, coloca-se a possibilidade de indenizar... Mas ora, relativamente às terras que estão invadidas nos municípios de Dois Irmãos do Muriti e Sidrolândia, quase 18 mil hectares, de vários produtores, discutiu-se esse mesmo assunto aqui no primeiro ou no segundo governo do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Aí vieram e fizeram uma oferta pífia de seis mil reais por hectare, e naturalmente os proprietários não aceitaram porque o valor não era compatível com o que valiam as terras lá em Sidrolândia, o que valiam as terras em Dois Irmãos do Buriti. Em suma, discutem-se duas coisas. Discute-se em primeiro lugar a PEC 132, que é a possibilidade de indenizar... Mas não existe isso de indenizar, deputada Mara Caseiro, o produtor rural foi legitimamente titulado! E o governo federal pode reaver a terra a hora que bem entender, ele é dono das terras que os índios ocupam! As terras que os índios ocupam não são patrimônio indígena: as terras que os índios ocupam são patrimônio da União! De maneira que quando há uma invasão para transferir uma coisa privada para torná-la pública, é o governo federal que está avalizando a invasão. Porque ele é o tutor dos índios! ele é que tem poder sobre os índios! é ele quem é dono do patrimônio que os



índios usam para defender seus hábitos, costumes, criar seus filhos, se desenvolver... Só que, repito, em vinte e oito anos que estou aqui nesta Casa, eu nunca vi um projeto de investimento nas aldeias indígenas para que os índios vivam com dignidade igual todos nós vivemos — produzindo. Os índios ficam dependentes exclusivamente de cesta-básica do governo estadual, do governo federal ou do governo municipal; e ele pega uma cesta dia 1º, dia 15 já acabou. Mas diabos, o índio tem de produzir! precisa haver investimento, ideias, como é o caso da Suiá Miçu. Meu querido deputado Zeca do PT, os índios plantam mais de 50 mil hectares de terra no norte, lá na Suiá Miçu, em parceria com a iniciativa privada; há índio mecânico, índio engenheiro, índio agrônomo, tudo trabalhando com os produtores rurais — isso foi aberto no governo que acabou de sair. Então o que precisa é pôr na cabeça do atual presidente da República, que é o meu presidente, o nosso presidente, que ele precisa fazer uma política de investimento. Agora, quando se fala na PEC 132... não é indenizar ninguém, aí muda a conversa, aí o governo federal estaria disposto a comprar terra à luz do dia pelo valor que ela vale — ele compra, não indeniza ninguém. Porque assim como o índio tem amor à terra, fala que a terra é mãe, o branco também tem. Quantas famílias estão lá em Maracaju há mais de cem anos! o cemitério é dentro da fazenda; terra que passou de pai para filho, para neto, bisneto, gente que hoje continua trabalhando na terra — e eles não querem vender... Vai haver então uma política de obrigar a pessoa que não quer vender a vender?!... Porque quanto a esse negócio de indenização, o governo está amparado na lei, ele pode desapropriar qualquer propriedade privada no Brasil, rural ou urbana, por questões de utilidade pública; ele chega e decreta de utilidade pública qualquer lugar que queira e incorpora ao patrimônio da União, porque o índio não é dono de nada... a União deixa que o índio use a terra. Então, meus caros, o que se está discutindo é uma coisa maluca, na minha ótica de visão jurídica. Não há que discutir nada! O que precisa discutir é a necessidade de cumprir o artigo 231 da Constituição federal. Naquela questão de Roraima, tiraram os arroteiros de lá e hoje os índios estão passando fome; índios que antes eram parceiros de quem plantava arroz, ganhavam dinheiro, hoje estão passando necessidade. Pois bem, criou-se o tal Marco Temporal... Desapropria-se essa terra aqui em Roraima e daqui para frente a terra em que o índio estava presente em 1988, quando da promulgação da Constituição, tem cinco anos para ser demarcada. O que que fizeram? O que fez José Eduardo Cardozo, então ministro da Agricultura do Fernando Henrique Cardoso, dono do banco HSBC (tão incompetente que perdeu o banco)?... Fizeram um decreto, o 1.775. O que diz o decreto? Diz que agora o serviço de antropologia vai estudar onde o Cimi colocou dentro do Mato Grosso do Sul um ponto assinalando, no seu entender, uma reserva desativada, o Cimi vai estudar essas terras. E vai ver se lá em 1500, quando o Brasil foi descoberto, se o índio foi expulso a tiro, foi expulso a cachorro, se o índio foi prejudicado... Aí faz-se um decreto homologando as terras para incorporar ao patrimônio da União e tira-se o produtor rural de cinquenta, cem anos, titulado legitimamente depois da Proclamação da República, quando os estados foram criados. Então é uma utopia o que estamos discutindo. A discussão nossa é só uma coisa: cumprir o artigo 231 da Constituição federal: mais nada. Agora, para cumprir isso aí depois que houve a discussão da Raposa Serra do Sol, há o PL 490, se não me falha a memória, queria que o deputado Pedrossian me ajudasse... Vão votar no Congresso, está agendado para ser votado esta semana ou semana que vem: para dizer que o Marco Temporal é 1988.



Onde o índio estava presente, vai demarcar; onde o índio não estava presente, não vai demarcar. Se o governo quiser expansão, largue mão da utopia da indenização! O governo federal vai comprar à luz do dia pelo valor de mercado, incorporar a terra ao seu patrimônio e entregá-la para os índios usarem. Agora, se fosse para melhorar a vida dos índios, que são cristãos e humanos como nós — eu mesmo sou descendente de índio —, nós os ajudaríamos a se desenvolver, crescer, criar suas famílias. O que que está acontecendo lá em Dourados?... Junta-se uma porção de pessoas que nem índio é — são paraguaios! —, que dominam a língua tupi-guarani, que se juntam aos índios e invadem as propriedades. Então eu trouxe aqui, só para conhecimento da população do nosso estado, um título. Tenho aqui um título da terra indígena Francisco Horta Barbosa do município de Dourados. Vou dar uma lida aqui, porque os ministros que estão julgando hoje essa questão indígena, quando isso aqui aconteceu, não eram nem nascidos: foi em 1902! Está aqui [*o orador exhibe cópia do documento ao plenário*]: "Posto Indígena Francisco Horta Barbosa". Está aqui a cópia do decreto reservando uma "área de 3.600 hectares para o patrimônio dos índios, cuja medição e demarcação ainda não foi feita. O Decreto nº 401, de 3 de setembro de 1917, reserva ao município de Ponta Porã uma área de 3.600 hectares de terra para a colônia — ouçam bem — para a colônia indígena de Dourados". Colônia indígena! Os índios eram considerados como colonos! "O general doutor Caetano Manuel de Faria Albuquerque, presidente do estado de Mato Grosso, usando da autoridade que lhe é conferida pelo artigo 20 do Decreto nº 130, de 4 de junho de 1902, decreta: Artigo 1º - Fica reservado ao município de Ponta Porã, para a colônia indígena do distrito de Dourados (Dourados ainda era distrito), uma área de terra de 3.600 hectares, confinando pelo sul com o córrego Saltinho, que separa a outra área reservada para o patrimônio de Dourados (...)" Nem distrito era, era patrimônio, em 1902! "(...) e mais confrontações com terras devolutas". Então, quando fizeram esse decreto, as terras do outro lado do São Domingo, que hoje os índios invadem, eram devolutas, elas foram tituladas às pessoas depois de promulgado o decreto que criou o patrimônio Horta Barbosa para os índios. Então, minha gente, estamos falando de coisas de mais de um século: de 1902, e nós estamos em 2023, ou seja, faz 121 anos que isso aqui aconteceu... Hoje as pessoas que estão julgando parece que pensam que o setor produtivo não dá uma contribuição à altura deste país para o crescimento, inclusive para cuidar dos índios. Porque quando cheguei em Dourados, sessenta anos atrás, em 1962, era uma harmonia total...

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — ...era uma harmonia total entre o branco e o índio. O branco vinha para cá a convite, seduzido pelas terras boas do Mato Grosso; tinha de abrir a propriedade e usava os índios como mão-de-obra; conversava com o cacique, contratava os índios e os levava para trabalhar. Onde os índios invadem hoje, no município de Caarapó, ao lado da Te'yíkue — meu pai tinha uma fazenda de 200 alqueires ao lado da Te'yíkue —, foram eles próprios, em 1967, que derrubaram o mato como peão dos brancos: eles conhecem a história. Então está-se discutindo uma coisa hoje, deputado, meu querido amigo, absurda. É só lembrar do seguinte, se está escrito na Constituição federal, promulgada por Ulysses Guimarães em 1988, cumpra-se à risca o artigo 231. Está lá escrito à luz do dia que é toda a terra

em que o índio esteja morando, ou seja, presente: nada de pretérito, e são cinco anos para demarcar... Essa confusão criou-se por dois motivos. Um, pelo Decreto 1.771. Outro, pelo famigerado Cimi. O professor Antônio Brand, da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), recorreu as reservas conversando com índios de cem anos perguntando "onde é que você morou?"; "Eu morei lá na cabeceira do Ipuitã". Ele foi lá e pôs um ponto como terra demarcada, e hoje a Funai contrata a ABA, Associação Brasileira de Antropologia, ligada à própria Funai, e manda ir lá para fazer o estudo. Vai dizer que a terra é minha? Claro que não! Vai dizer que a terra é do índio. Isso é lógico como dois e dois são quatro. Eu vou conceder o aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Deputado Zé Teixeira, quero parabenizar Vossa Excelência por mais uma vez trazer essa discussão. Mas eu quero dizer que essa questão é um *déjà vu* de tudo que já passamos aqui, deputado Paulo Corrêa. Desde que cheguei neste Parlamento, a gente discute demarcação de terras indígenas e produtores rurais. Lembro que quando houve a invasão da fazenda Buriti, veio a esta tribuna o ex-secretário de Fazenda Ricardo Bacha, que fez então uma fala bastante emotiva; e o deputado Jerson Domingos, presidente da Casa à época, declarou que "nós vamos lá em nome deste Parlamento fazer uma fala". E aí, naquele momento, havia uma tensão muito grande naquele lugar, o superintendente da Polícia Federal recomendou que tomássemos cuidado, mas o compromisso estava feito e lá fomos nós. O deputado Gerson nos perguntou quais deputados iam... e nós fomos, fomos entre seis deputados, eu, deputada Mara e mais quatro. Fomos lá levar uma mensagem aos indígenas, dizer a eles que já havíamos marcado uma reunião com a presidente da República; os vinte e quatro deputados colocavam-se à disposição para ir a Brasília conversar com a presidente — a mensagem era esta, porque em vinte quatro horas eles iam atear fogo na sede e sacrificar os animais. Íamos pedir a eles uma trégua e precisava entrar alguém lá para conversar, acompanhado de um interlocutor dos indígenas, alguém que falasse em nome da Assembleia... E o inocente e bobão aqui foi lá, ao lado do representante indígena, com a garantia de que não sofreria nenhum problema. Na entrada da fazenda estavam lá bem postados quatro indígenas fortemente armados, que tinham de ser consultados, deputado Zeca... E chegamos lá, a consulta foi feita e eles nos deixaram entrar, deixaram entrar mas não me deixaram descer do carro. Dali a pouco eles foram lá para o meio do pasto, subiram num cocho e começou a brotar índio de tudo quanto é lado, parece que saíam de dentro da terra, de tanto índio que havia. Aí me mandaram descer do carro para ouvir a fala deles; o meu interlocutor disse "o deputado está aqui representando a Assembleia e pediu que vocês não sacrifiquem os bichos, porque terça-feira eles vão a Brasília falar com a presidente, vai todo mundo, os vinte e quatro deputados; aguentem até semana que vem". De repente o interlocutor deles sai correndo na pista, no outro lado do rio havia outro grupo, totalmente alcoolizado, e acharam que aquele indígena estava fugindo de alguma coisa, e vieram para cima do correspondente. Eles chegam no carro, um deles me brande uma madeira ao peito, eu segurei, aí ele vem com a lança, chacoalham que chacoalham o carro, parecia que ia tombar, ao mulher do interlocutor aos gritos... Mas o interlocutor quando viu a coisa feia chegou gritando "sujou!". Quando ele falou sujou, pronto... Eu vou falar uma coisa para o senhor, eu nunca me senti tão próximo da morte. Nós saímos de lá não sei como, foi Deus quem nos tirou de lá... Resumo: eu fui em todos os movimentos havidos em



Mato Grosso do Sul, deputado Paulo, deputada Mara; nós discutimos em todas essas reuniões, porque queríamos obviamente que se fizessem as demarcações, queríamos as indenizações; reunimo-nos três vezes aqui no Hotel Grand Park, com sala, com comissões, vinha ministro pra cá, uma hora iam indenizar, outra hora não dava para indenizar porque faltava uma conta e não sei o quê. Na época o deputado Tetila havia aberto uma conta no nosso orçamento para poder colocar... O então governador André Puccinelli até sugeriu pagar pelo estado para depois compensar com recursos da União. Tudo que havia de discussão, de possibilidades, foi aberto por esta Casa para viabilizar e resolver o problema... Mas até hoje nada! o que só faz crescer o sentimento de insegurança no produtor rural de Mato Grosso do Sul, e nas comunidades indígenas também. Na minha região, que é o Cone Sul do estado, são 275 mil hectares para serem demarcados, sendo que em Iguatemi, onde nasci, são 75 mil a demarcar. Quem vai fazer isso? Quem vai realizar isso?... É um empurra-empurra e nunca se chega a lugar algum. O governo federal tinha realmente de desapropriar uma área e dá-la para os indígenas, que eles precisam de uma área realmente para sobreviver, para produzir... Mas não podemos também matar o produtor rural. Eu como advogado sempre fiz a defesa do direito de propriedade. Em Amambai, por exemplo, há uma família com 115 anos em cima de uma propriedade! E aí é sempre aquela discussão: quem chegou primeiro, o ovo ou a galinha? Quem chegou primeiro foi o indígena ou foi essa família que está lá há 115 anos? Quero agradecer a Vossa Excelência, mas depois de todos esses anos, já estou no início do meu quarto mandato, confesso que ainda não vejo nenhum horizonte, porque já vimos de tudo aqui, mas até hoje nada prospera com relação a isso. Muito obrigado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputado Lidio, ainda bem que Deus o protegeu e você está aqui vivo para contar a história, eu lembro perfeitamente de tudo que Vossa Excelência está dizendo aí. Muito bem. Mas eu quero dizer que já fui a Brasília durante esses anos, já conversei com cinco ministros da Justiça: Tarso Genro, José Eduardo Cardozo, Peixoto Júnior, Íris Rezende... Quando fui lá conversar com o José Eduardo Cardozo, eu tive o privilégio de estar acompanhado, na minha visão, por uma das maiores lideranças que este estado, este país já teve, um homem que pagou muito caro por sua vida política, o senador Delcídio do Amaral. Pois ele me levou até a sala do José Eduardo Cardozo. Você está falando com ele sobre a questão do índio, ele está perguntando se você é são-paulino... Eles não estão dando a menor bola, não estão nem aí se o setor produtivo está sendo atingido ou não, não estão nem aí se há ilegalidade ou não! Porque a legalidade está escrita na maior carta, que é a Constituição federal. Tudo que se está discutindo aqui, como a PEC 132, como o fundo sem fundo criado nesta Casa... Como que o governo estadual vai colocar um recurso do estado num fundo para poder comprar terra e incorporá-la ao patrimônio da União?!... Isto não tem nenhuma lógica! Porque o índio é tutelado pelo governo federal; quando o governo militar entrou em 1965, foi extinto o SPI [Serviço de Proteção aos Índios], que tinha sido criado em 1910... Cinquenta e cinco anos depois, quando houve a revolução e o Exército Brasileiro saiu às ruas — graças a Deus que não houve morte —, porque estava um desmando, eu tinha 24 anos e me lembro muito bem; tirou-se o SPI, porque os índios não queriam ser governados por militar, criou-se a Funai, que incorporou todos os títulos que o governo do estado dera aos índios. Está aqui um título que o governo estadual deu para os índios [o orador



novamente exhibe o documento], a etnia era dona do patrimônio! Tirou do índio o título, incorporou os bens ao patrimônio da União e desde então toda terra que o índio usa não é do índio, é da União. O índio, repito, é tutelado pelo governo central, governo que não investe... com certeza dá lá uma cesta-básica para poder ter um domínio sobre eles politicamente. Mas se pensasse bem, investia, para que eles pudessem produzir, trabalhar, como trabalham e produzem os índios lá em cima na Suiá Miçu, plantam mais de 50 mil hectares de soja — trabalham, têm o dinheiro deles, têm a vida deles, os filhos são médicos, são enfermeiros, são agrônomos, e trabalham em parceria com o setor produtivo, com o setor privado. Deus ajude que se vote essa PEC. A PEC 132 autoriza a indenizar, e eu acho que, dentro da lei, não há como o governo central tomar terra de ninguém, na mão grande não dá: tem de comprar. Então, fica mais claro na lei se votar a PEC. O PL 490 o que vai dizer? Que o Marco Temporal é de 1988, está escrito na Constituição e tem de se cumprir. Quando se julgou a questão da Raposa Serra do Sol, ficou estipulado que daquele dia em diante toda terra em que o índio estivesse presente (está escrito na Constituição) teria cinco anos para ser demarcada. Aí, como acabei de falar aqui, criaram um decreto para saber como é que foi, como é que não foi... Ora, há pouco tempo, veio um dinheiro da França, 150 mil dólares, para a Universidade Federal de Dourados. Reuniram-se os professores da UFGD e encheram um plenário só de índio, não havia um branco na plateia, nenhum produtor rural foi convidado: nenhum!... E começaram a perguntar para os índios... "Eu fui expulso da terra em 1964, eu peguei a carreta e fui para Nioaque lá na beira do córrego tal"... O que que o índio fez? Contou uma história, como tinha contado uma história para o professor Antônio Brand, que já não está entre nós... Foi esse professor, na minha visão, quem causou toda essa complicação quando resolveu sentar na reserva, conversar com os índios e pontilhar a cabeceira do córrego "A", "B", "C", dizendo que outrora houvera ali uma reserva desativada, porque o bisavô daquele índio de cem anos teria morado lá... O único comércio que havia aqui era o de erva-mate, a Companhia Matte Larangeira explorava a erva-mate, que era o único recurso que o Mato Grosso tinha; e os índios eram o quê? Empregados da Matte Larangeira na exploração da erva-mate. Então eles andaram por tudo quanto é lugar. A Campanário, por exemplo (Getúlio Vargas até pousou lá uma noite), tinha até trem de ferro para transportar a erva-mate para o barbaquá para transformá-la na erva que nós usamos para o chimarrão, para o tereré. Então eu quero deixar claro, eu sou parceiro, já estive em Brasília várias vezes, como disse aqui, conversei com mais de cinco ministros da Justiça; estive no STF numa grande reunião com os ministros da época; estive na Câmara Federal, usei a tribuna e lá disse a mesma coisa que digo aqui hoje — não precisa lei nenhuma, não precisa de nada: precisa apenas cumprir a Constituição federal, cumprir à risca o artigo 231. Era só isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Comunicamos que o vice-presidente, deputado Renato Câmara, está numa agenda representando esta Casa no Fórum de Desenvolvimento da Suinocultura. Registramos a presença do senhor Milton Sena, vice-prefeito de Nova Anadradina; do vereador Claudomiro Martins Rosa, de Costa Rica; do senhor Adair Thiago de Oliveira, vereador de Costa Rica; do senhor Luís Gustavo Neira, vereador de Aparecida do Taboado. Obrigado a todos pela presença. Ainda no Grande Expediente, temos ainda dez minutos, com a



palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Deputado Rafael Tavares. Transferida. Deputado Coronel David. Transferida. Deputado Lucas de Lima. Transferida. Deputado Lidio Lopes. Transferida. Deputado Zeca do PT. Transferida. Não mais havendo oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1... Consulto se o autor do projeto está presente à Sessão...

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Estou on-line, senhor presidente, bom dia.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 180/2022. Autor: deputado Neno Razuk. "Institui o atendimento especializado nos concursos públicos e vestibulares realizados no estado de Mato Grosso do Sul, para as pessoas com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Dislexia". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 180/2022, de autoria do Deputado Neno Razuk.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David? Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name? Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Joao Mattogrosso?



DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Declaração de voto. Bom dia, presidente, colegas parlamentares. Quero aqui rapidamente falar dessa iniciativa louvável do deputado Neno Razuk, meu parceiro de bancada douradense, da sensibilidade que ele teve, e parabenizá-lo por esse projeto excelente que traz inclusão para o estado de Mato Grosso do Sul. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Declaração de voto. Com muito carinho voto sim, porque o projeto é de suma importância, parabenizando o deputado Neno. Faço votos que Vossa Excelência tenha uma pronta recuperação e volte logo para cá. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, cumprimentando o autor do projeto e pedindo a Deus que ele se recupere o quanto antes, voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?



DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, em primeiro lugar eu sigo a orientação do líder do nosso governo nesta Casa, deputado Londres Machado. Em segundo lugar, eu faço do meu voto favorável uma homenagem ao pai do autor do projeto, com quem convivi nesta Casa e por quem tenho profundo apreço pessoal, o ex-deputado Roberto Razuk. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, sobre o resultado da votação.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final. Item 2. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 08/2023. Autores: deputado Jamilson Name e deputado João Mattogrosso. "Altera e acrescenta dispositivos à Resolução nº 71/2015, que institui a Medalha do Mérito da Juventude e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 2, tendo como relator o deputado João Mattogrosso. Em discussão... Para discutir, com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, colegas parlamentares, eu gostaria de aproveitar a oportunidade para cumprimentar os autores desse projeto de resolução, colegas do PSDB, deputados João César Mattogrosso e Jamilson Name. E os cumprimento, senhor presidente, porque é uma justiça que o PSDB faz a quem militou na juventude acadêmica, política, àquele que vai carregar o nome da medalha. Anderson Barão; permita-me aqui, presidente, citar o homenageado, que realmente militou na juventude. Quisera ter sido eu o autor da ideia de batizar a medalha da juventude com o nome do Anderson Barão. E me perdoe, presidente, estar discutindo essa resolução, porque não há nada para discutir, só quero pedir a aprovação: na verdade estou é reconhecendo o mérito dos autores do projeto. O meu primeiro ato na política acadêmica, senhor presidente, está interligado com o Anderson Barão. Eu decidi fazer a faculdade de Direito e já no primeiro semestre, na Uniderp, encontrei um rapaz que parecia boliviano, meio cabeludo, cabelo batido, com ares de figura política. E depois, Professor Rinaldo, descobri que esse era o apelido dele: chamavam-no de Evo... Evo Morales. E comecei uma amizade com o Anderson Barão, sempre encantado com sua capacidade de articulação, de militância, capacidade política, tudo que eu não queria para mim naquela altura da vida. Mas como sabem, a política puxa a gente para dentro dela, e essa amizade com o Anderson Barão foi me puxando. Nessa época o Diretório Acadêmico do Direito da Uniderp estava dominado por uma pessoa com ligações partidárias, que praticamente já não desenvolvia nenhuma atividade acadêmica. E eu e o Anderson Barão começamos ali um trabalho investigativo, percorremos os cartórios da Capital, com os quais eu tinha familiaridade, já que era cartorário, comecei minha vida dentro de um cartório; e descobrimos, Professor Rinaldo, que o Diretório Acadêmico do Direito não estava devidamente registrado: a diretoria estava toda ilegal. Anderson Barão e eu decidimos então procurar essa pessoa, pedir a regularização



com a colocação de um de nós dois na condição de presidente do diretório acadêmico, para que pudéssemos apoiar um candidato do nosso grupo ali, que a rigor nem existia naquele momento — isto no meu primeiro semestre de Direito! Ato contínuo, convocamos uma assembleia geral extraordinária para designar a nova diretoria do Diretório Acadêmico Luís Ferracini, na Uniderp. Aí descobrimos que não era "diretório acadêmico" era Caluf, Centro Acadêmico Luís Ferracini... E me tornei o presidente do diretório, travamos embates; trouxemos para a universidade o primeiro debate on-line dos candidatos a presidente do Centro Acadêmico Luís Ferracini. Fizemos com o Benito Carniatto uma grande parceria, na época discutia-se a redução da maioria penal e as súmulas vinculantes, e colocamos um promotor e um defensor público, com visões antagônicas, para debater, para levar qualidade de ensino aos estudantes... Levamos o doutor Gilberto Robalin, na condição de promotor (que depois virou procurador), e o doutor Fábio Rombi, defensor público-geral até pouco tempo atrás — enfim, foi um evento que marcou a universidade. E começamos a nossa campanha para o diretório; e ali, Professor Rinaldo, deputado João César Mattogrosso, no curso da campanha eu fui percebendo que o nome que escolhêramos para candidato à presidência não era viável — faltava-lhe carisma, experiência. E me deu uma vontade muito grande de disputar já aquela eleição, mesmo sabendo que tinha de me dedicar aos estudos... Fosse como fosse, aprendi ali logo de cara que o mais importante da política é você manter a sua palavra, cumprir acordo... No final das contas acabei não disputando a eleição e apoiei um candidato que não me parecia viável. Percebemos também a interferência dos partidos dentro das eleições, e aquilo me dava nojo. Nós fizemos uma placa, porque não tínhamos dinheiro para comprar uma, deputado Londres Machado, colando cartazes, lá no apartamento do meu avô, um a um, letra por letra, e fizemos uma placa gigante — sem partido, sem dinheiro, mas com a ajuda de todos. E até que tivemos um bom resultado eleitoral. Ali me despertou a vontade de entrar na política, de disputar (não a vereança, deputado Rinaldo, porque acabei indo para São Paulo), de enfrentar o sistema, porque não aceitava o sistema haver ganhado aquela eleição. Dali para a frente acho que em todas as eleições eu acabei enfrentando... Então, meu nobre, era assim que ele carinhosamente chamava todo mundo, meu querido Anderson Barão, leve com certeza hoje desta Casa nada mais nada menos do que a unanimidade dos votos, na medalha da juventude, pelo que Vossa Excelência trouxe para nós de Mato Grosso do Sul: saber valorizar a atividade da militância da juventude na política. Tudo que está morto como fato continua vivo como ensino; o nome de Anderson Barão viverá insculpido nessa medalha, como um exemplo para a juventude sul-mato-grossense. Parabéns aos proponentes! O deputado Professor Rinaldo me lembra aqui a veia humorística do Anderson Barão... Peço aos colegas que aprovem por unanimidade o projeto dos deputados João César e Jamilson. E repito: tudo aquilo que está morto como fato continua vivo... Viva o Barão! Viva, meu nobre!

PRESIDENTE - deputado Gerson Claro (PP) — Parabéns pela manifestação! Ainda em discussão o projeto que institui a Medalha de Mérito da Juventude, denominada Anderson Barão, aprovado na CCJR, de autoria dos deputados Jamilson Name e João Mattogrosso. Encerrada a discussão. Em votação.



Projeto de Resolução nº 08/2023, de autoria dos deputados Jamilson Name e João Mattogrosso.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente. Eu não poderia deixar de agradecer não somente a discussão do colega João Henrique Catan, mas o apoio a esse projeto de autoria do deputado Jamilson Name e de minha coautoria. Com toda a certeza Anderson Barão merece seu nome nessa medalha, não por ter sido um agente político do PSDB, mas por ter



tido um jovem que desde sempre militou na política universitária, sempre defendendo seus ideais. Mais uma vez agradeço ao deputado João Henrique. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, eu também gostaria de dizer da alegria de ter convivido com Anderson Barão. Ele foi assessor da Rose, estivemos juntos praticamente quinze anos no mesmo partido, e muito nos ajudou; tinha um alto astral, nunca vi o Anderson Barão reclamando de nada, um jovem sempre atuante, desde a política estudantil. Eu fiz o curso de Direito justamente na época em que ele estava lá militando no diretório; realmente deixa muita saudade. Espero que seu nome seja lembrado por toda a juventude, não só do PSDB, mas por toda a juventude que gosta da alegria, da política. Parabéns aos autores pela iniciativa! Que Deus abençoe os familiares e amigos do saudoso Anderson Barão. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado por unanimidade a merecida homenagem ao ex-locutor, estudante e ativista tucano



Ânderson Barão. Vai à redação final. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 178/2022. Autor: deputado Antonio Vaz. "Institui a Semana de Incentivo à Participação do Jovem no Processo Eleitoral". A Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 178/2022, de autoria do deputado Antonio Vaz.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name? Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi? Como vota a deputada Lia Nogueira ?



DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Senhor presidente, eu quero parabenizar o deputado Antonio Vaz por apresentar esse projeto. Como presidente da Unale tive a oportunidade de ir ao TSE, conversamos então com o ministro Edson Fachin, com o vice-presidente Alexandre de Moraes; e o TSE tinha uma grande preocupação nas eleições passadas, nas eleições majoritárias: mais de 10 milhões de jovens aptos a votar não estavam indo tirar o título. O descrédito no cenário político é muito grande e isso não estimula essa nova geração a participar. Então acho que realmente temos de fazer campanhas mostrando que política se faz com seriedade, e que as pessoas precisam participar, as novas gerações precisam participar. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?



DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — São vinte votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado pela unanimidade dos presentes. Vai ao Expediente. Item 4. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 121/2023. Autor: Poder Executivo. "Institui o Programa Estadual de Qualificação Profissional para motoristas de veículos de carga e de ônibus - Voucher Transportador, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências."... Antes de votarmos, deixem-me cumprimentar o presidente do Sindicato dos Transportes, o Gilmarzinho, aqui presente... A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração foi favorável por maioria, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 121/2023, de autoria do Poder Executivo.



Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, antes do meu voto, o deputado Caravina vai dar um bom dia ao senhor.

SENHOR PEDRO CARAVINA (Secretário de Governo e Gestão Estratégia) — Bom dia, presidente, colegas deputados. É um prazer falar com vocês, ainda mais quando se vota tão importante matéria. Só temos a agradecer o apoio da Assembleia Legislativa em todas as matérias de interesse do governo. Um abraço a todos.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Um abraço ao deputado licenciado, porque aqui está o deputado João Mattogrosso. Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name? Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MÁRCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?



DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASCHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SENHOR SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — São vinte votos favoráveis e nenhum contrário, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado esse projeto tão importante para os motoristas e para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul. Vai ao Expediente. Item 5. Retirado de pauta a pedido do autor, deputado Renato Câmara, que não está na sessão. Item 6. Em discussão única e votação simbólica: 3 requerimentos, 15 indicações e 3 moções de congratulação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Neste momento suspendo a Sessão para manifestação externa, solicitada pelo deputado João Henrique. Ocupará a tribuna o médico homeopata Djalma Floris Blans, como personalidade pública, para falar sobre o tema "Valorização das famílias como preventivo a uma sociedade menos violenta", alusiva ao Dia da Família, comemorado em 15 de maio, por se tratar de assunto de interesse público. Solicito a presença do doutor Blans. Deputado João Henrique, por favor, queira acompanhá-lo... Concedo a palavra ao doutor Djalma Floris Blans. Vossa



Senhoria dispõe de quinze minutos, podendo os deputados manifestar-se ao final (11h18min).

SENHOR DJALMA FLORIS BLANS (médico homeopata) — Bom dia, deputado Gerson Claro, presidente desta Casa, em cujo nome cumprimento os demais deputados. Agradeço imensamente ao deputado João Henrique Catan a oportunidade de falar de um assunto tão importante; importante porque vivemos em sociedade, e nossa sociedade anda precisando de uma certa atenção. Temos visto aí, por exemplo, esse caso do aumento da violência nas escolas. Os pais estão preocupados, afinal a escola era o ambiente mais seguro para deixar os filhos; hoje em dia, porém, as escolas estão sendo invadidas por atiradores, por gente desequilibrada matando crianças e professores. Nesse caso, uma das formas de atacar o problema é recorrer à prevenção: precisamos prevenir. Eu sou médico homeopata há 37 anos em Campo Grande. Fui vereador, e como vereador, em 2007, 2008, cheguei a fazer algumas matérias sobre a importância da revitalização da família na sociedade como um todo; porque se eu não educo bem o meu filho, ele pode se tornar alguém que mais tarde venha a prejudicar o seu filho, deputado Rinaldo Modesto. O nosso objetivo é prevenir. Hoje em dia temos a Delegacia da Mulher, a Lei Maria da Penha, o ECA, o Estatuto do Idoso, as Uneis [Unidades Educacionais de Internação], os Conselhos Tutelares, os Conselhos Municipais de Defesa da Criança e do Adolescente, as Secretarias de Direitos Humanos, as ONGs que atendem nos contraturnos nas escolas, os centros integrados, etc. Tudo isso serve para remediar, mas remediar o quê? Remediar o drama de uma criança que já foi estuprada, a dor dos pais de uma criança assassinada, o desespero de uma mulher vítima de violência doméstica... Isso tudo é muito doloroso e tem um custo, material e psicológico; e uma criança assim terá de carregar um trauma para o resto da vida. Nesses 37 anos como homeopata atendi várias vezes mulheres que sofreram abuso na infância e que por isso têm toda uma vida comprometida emocionalmente. Isto sem falar que as pessoas adoecem muitas vezes em decorrência de fatores que estão lá dentro do lar. Recentemente lancei um livro, *Constituição afetiva do ser*, onde falo sobre a necessidade de agir preventivamente, educando as crianças, dando-lhes afeto, carinho, atenção, porque é na infância que o cérebro é formado, é na infância que há toda aquela plasticidade neuronal que facilita a cristalização de todo um mundo de impressões. Depois não adianta mais; se você não dá atenção para o filho, se não dá carinho, não dá afeto, não dá apoio, não dá sustentação, não adianta nada querer cobrar depois que seu filho seja um homem de bem. Então essas conexões neuronais primevas têm de ser mobilizadas só com coisa boa. Nós nascemos com 85 bilhões de neurônios, cada um deles com a capacidade de se conectar com outros dez, donde se segue que quanto mais amor, carinho, dedicação e afeto você der a essa criança, tanto maior será o número dessas conexões. E é nessas conexões que são sintetizados os neurotransmissores, e os neurotransmissores são responsáveis pela felicidade. O Prozac foi lançado nos anos 1980 como a droga da felicidade, e ele nada mais é que um neurotransmissor. A ausência do afeto, a ausência das condições necessárias para o são crescimento do cérebro da criança, implica que mais tarde ela terá problemas emocionais. Então por isso que hoje em dia está aumentando muito o índice de depressão, de ideação suicida, ansiedade, síndrome do pânico, pessoas com 30, 40 anos que não conseguem sair de casa para trabalhar se não tomarem remédio. E não



pára por aí, é gravidez na adolescência, é o alcoolismo na adolescência que está aumentando assustadoramente; quantas vezes eu atendi no posto de saúde meninas de dez, doze anos em pré-coma alcóolico!... E por quê? Tudo isso é sintoma de uma carência muito grande. Então, nós vivemos numa sociedade mecanizada e fria, acabou aquela história de criar filho no seio familiar. As mães trabalham fora e os pais trabalham fora; quem tem condições manda o chofer levar e buscar na escola, e se são pequenos ficam por conta de babá — ou seja, o filho não tem mais aquela atenção. Volto a dizer: nós temos de prevenir. Nós enquanto sociedade temos de nos unir; o Poder Legislativo, o Poder Executivo têm de se unir — porque se o lar é a célula da sociedade, a escola é o grande laboratório para identificar aquela criança problemática, aquela criança que não rende, que não tem interesse pelo estudo, aquela criança que não passa de ano... Não basta simplesmente criar mecanismos para passar a criança de ano, é preciso atacar a raiz do problema, se preciso indo até o seu lar ver o que que está acontecendo. No Brasil 43% dos lares são da responsabilidade de uma mulher; o marido a abandonou, ou é mãe solteira, não há ali uma referência masculina. Isso tudo é prejudicial, a criança fica sem a estrutura emocional necessária para tornar-se um adulto produtivo. E aí cria-se um ciclo vicioso: filhos mal-educados serão adultos mal-educados, etc. As escolas estão com alto índice de absenteísmo, com alto índice de depressão; os professores estão saindo de sala de aula, estão sendo readaptados, porque não aguentam mais atender criança mal-educada — as pessoas não sabem mais que a educação vem de berço, é dentro do lar que a gente recebe essas informações, é onde se aprende a respeitar o próximo. Hoje em dia há esse negócio de misoginia, de homofobia, de machismo, de feminismo... mas se esquece que o homem machista foi criado por um machista. Meu pai, que era um humilde pedreiro, e minha mãe, comerciante, ensinaram-me a respeitar as pessoas, não importando cor de pele, opção sexual ou seja o que for dessa pessoa. Então é isso que está acontecendo, falta família, e nós temos de agir na prevenção. O brasileiro ainda é muito pobre, há muita pobreza, não só material como emocional, e os pais precisam voltar a ensinar essas coisas aos filhos — esse é o meu propósito, deputado João Henrique Catan. Nós tivemos o Dia Internacional da Família, comemorado ontem, dia 15, dia 18 agora temos uma data alusiva ao Maio Laranja, consagrado ao combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes; mas são datas que só lembram essas tragédias... Mas e aí?... Que vamos fazer efetivamente para acabar com isso? A família precisa ser revitalizada, é preciso atenção, precisamos entrar nesse meio da sociedade, precisamos de métodos mais contundentes, temos de ajudar essas pessoas. Para isso temos na rede pública psicólogos, assistentes sociais, temos as escolas, esse imenso laboratório para identificar essa situação. Porque a coisa vai piorar; com tanta pessoa doente indo para o trabalho, a tendência é piorar, com tanta gente pegando arma, daqui a pouco será preciso instalar porta com detector de metal nas escolas, com um policial dentro da sala de aula. É um absurdo, por exemplo, o que se vê nesses vídeos do WhatsApp, aluno agredindo professor, dando tapa na cara de professor... O professor não merece uma criança mal-educada, quem tem de educar são os pais... E as pessoas parece que não sabem disso; como eu disse, vivemos num mundo mecanizado e frio, e precisamos reparar a nossa humanidade, nosso calor humano, nossa afetividade. No meu livro, em duzentas e tantas páginas, eu faço toda uma explanação retrazendo um histórico desde a época em que a família começou a se esfacelar, por assim dizer. Quando, por exemplo, a



mulher começou a se emancipar, ela foi trabalhar na indústria bélica, o homem foi para o *front* da Segunda Guerra Mundial, e os filhos ficaram em casa meio que à deriva. Automaticamente, anos depois, o que é que aconteceu? Veio o movimento hippie, movimento de revolta, de repulsa. Ninguém pode falar aqui que o adolescente é um "aborrecente", o adolescente é "aborrecente" quando não teve infância, quando não tem a atenção na infância; quando isso acontece, automaticamente seu cérebro vai destilando a revolta e esse jovem sente a necessidade de buscar, não importa onde nem como, tudo aquilo que não teve em casa. Então, novamente agradeço ao deputado João Henrique Catan, ao deputado Gerson Claro pela oportunidade. O meu propósito aqui é chamar a atenção da sociedade para a necessidade de atuarmos mais preventivamente. Muito obrigado e que Deus abençoe a todos desta Casa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para os agradecimentos, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Doutor Djalma, quero lhe agradecer pela explanação, por ter vindo aqui dividir conosco um pouco do seu trabalho, da sua pesquisa científica... Mas me encantou muito saber que o afeto, cientificamente falando, promove conexões nesses 85 bilhões de neurônios, afeto que funciona para hiperestimular as crianças, desenvolver-lhes a inteligência...

SENHOR DJALMA FLORES BLANS (médico homeopata) — Trazer a saúde mental.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — ...evitar que crianças e adolescentes extraviem-se no mundo das drogas... O senhor citou o Prozac dos anos 1980 como a droga da felicidade, justamente por promover conexões neuronais. Quer dizer, às vezes a criança, o adolescente, por ausência de afeto, buscam fora do seio familiar um lenitivo para suas angústias, muitas vezes na química das drogas, coisa que gratuitamente os pais poderiam fornecer. Se educamos os pais, como o senhor diz, a voltar com a terapêutica do carinho, do afeto e da atenção, podemos curar a saúde mental das pessoas — através da reestruturação da família esses jovens poderão ter um maior desenvolvimento, uma vida saudável e feliz. Parabéns pelo trabalho, pela fala de Vossa Senhoria. Sinto-me honrado por tê-lo trazido hoje aqui.

SENHOR DJALMA FLORES BLANS (médico homeopata) — Eu que agradeço. Deputado Rinaldo Modesto, antes que me esqueça, só queria falar um pouquinho dessas datas comemorativas. O Janeiro Branco é para chamar a atenção para a saúde mental; a primeira semana de fevereiro é alusiva à prevenção da gravidez na adolescência... Vocês sabiam que no Rio de Janeiro existe uma associação para jovens que engravidam em baile funk?... Sim: existe uma associação para acolhimento de mulheres que engravidam em baile funk — vejam só, em pleno século XXI... O Maio Laranja combate o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes; o Agosto Lilás é dedicado ao combate à violência contra a mulher; e o Setembro Amarelo é o da prevenção ao suicídio. Eu fui chefe da divisão de Medicina na Sesau, e na naquela época o que se levantou foi que quatro pessoas tentam o suicídio por dia em Campo Grande. Quatro pessoas! Quer dizer, são pessoas que



sofrem, são pessoas que estão angustiadas, exatamente por essa carência afetiva em casa. Deputado Reinaldo Modesto.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Eu fiz questão de usar o microfone para cumprimentá-lo, é uma alegria revê-lo. O senhor, médico homeopata, sempre trabalhou na perspectiva da prevenção, foi assim como vereador, atuante vereador da Capital, foi e continua sendo. Fico feliz de receber Vossa Senhoria aqui. E cumprimento o deputado João Henrique Catan que teve a ideia de convidá-lo para falar de um assunto tão importante. A família está, com efeito, problemática; para Vossa Senhoria ter uma ideia, só nestes primeiros meses de 2023, catalogados, casos confirmados pela Secretaria de Segurança Pública: 810 crianças foram estupradas! Ontem foi preso um cidadão, se é que podemos chamar de cidadão uma criatura assim, que estuprou três crianças: está preso. São trinta e um presos só agora em março, abril e o primeiros dias de maio. E tudo isso por quê? Por causa disso que Vossa Senhoria diz: a falta da prevenção. A família está passando por um momento de destruição. Então parabéns, Vossa Senhoria é sempre muito bem-vindo a esta Casa.

SENHOR DJALMA FLORES BLANS (médico homeopata) — Muito obrigado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Espero que esse livro ajude a motivar e restaurar a sanidade emocional de milhares de pessoas aqui em nosso estado e pelo Brasil afora. Muito obrigado pela presença.

SENHOR DJALMA FLORES BLANS (médico homeopata) — Obrigado. Recentemente ali no Jardim Fluminense, no bairro Nossa Senhora das Graças, houve o assassinato daquela menina, a estrelinha, a Isadora. A menina foi sepultada no dia em que completaria 11 anos de idade. Era apenas uma criança, e nós falhamos enquanto sociedade. Falhamos porque ali, deputado João Henrique Catan, aquela criança cuidava do irmãozinho mais novo, a mãe era garota de programa, levava os clientes para dentro de casa, e todos sabiam disso. Então o conselho municipal falhou, na medida em que deixou de denunciar isso. Depois que a criança morreu não há mais o que fazer, é uma vida que se foi por falha da sociedade. Então é isso, nós temos de ter métodos efetivos para poder prevenir esse tipo de coisa. Deputado Lidio.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Doutor Djalma, parabéns pela presença nesta Casa, parabéns por sua fala, de conhecedor, de técnico. Vossa Senhoria tem trabalhado muito nessa área, assim como sua esposa, a Raquel, ambos têm feito um belo trabalho de conscientização na defesa da criança e do adolescente. Eu presido a Fenacria, que é a Frente Nacional em Defesa da Criança e do Adolescente; quinta-feira estarei no Rio de Janeiro numa reunião da Unale e também nessa frente, discutindo essas questões. É o mote do momento, e nós temos mesmo de nos preocupar muito com essa carência de afeto no seio familiar. Agradeço novamente a Vossa Senhoria por nos trazer essa fala tão importante. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Esta presidência agradece ao convidado pela manifestação, que é a preocupação de toda esta Casa.



Muito obrigado e conte sempre o empenho e dedicação de todos os deputados aqui. Agradeço ao deputado João Henrique por ter feito o convite. Está reaberta a Sessão (11h33min). Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Deputado João Henrique. Transferida. Não havendo mais oradores inscritos e nada mais a tratar, dou por encerrada a presente Sessão (11h34min).